

ATA Nº 2 - DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO (12 MESES) CONFORME CARACTERIZAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL – TÉCNICO SUPERIOR – ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA - TRÊS LUGARES (Refª A)

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, reuniu na sala de reuniões do edifício ex-polo da UTAD, o Júri do procedimento concursal comum supra referenciado, para constituição de relação jurídica de emprego por tempo determinado (12 meses), aprovado por deliberação da Câmara Municipal do dia vinte de julho de dois mil e dezoito, aberto por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de vinte e três de agosto de dois mil e dezoito, assim constituído:

Presidente: Prof. Francisco José Carvalho Parreira, Técnico Superior de Educação Física da Câmara Municipal de Miranda do Douro,

Vogais Efetivos: Prof.ª Sandrine Araújo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Prof. Paulo Augusto Rodrigues Barbosa, técnico superior, ambos técnicos superiores da área da Educação da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

O júri reuniu a fim de proceder à verificação dos elementos apresentados pelos candidatos, designadamente a reunião dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão e avaliação.

Apresentaram candidatura os seguintes candidatos:

CARLOS MANUEL PEITO E SILVA
EDUARDO SAMPAIO CALDAS LOUSA
JOÃO PEDRO CATARINO CARVALHO SARAIVA
JOÃO PEDRO GALAMBA NOGUEIRA
JORGE MIGUEL RIBEIRO PEREIRA
JOSÉ MÁRIO RODRIGUES MAIA
JOSÉ MIGUEL PINTO PIRES
LUÍS ANDRÉ GOMES DA SILVA PLÁCIDO SANTOS
LUÍS CARLOS BARREIRA PRETO
MAURÍCIO DOS SANTOS FREITAS
NUNO MIGUEL GOMES AMENDOEIRA
NUNO RICARDO PINTO PRETO
PEDRO RAFAEL MARQUES GOMES
RUI FILIPE DA GRAÇA MARQUES
VÍTOR HUGO LIMA GARCIA LUÍS

Nos termos do n.º 1 do artigo 34.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 29.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, o Júri deliberou, por unanimidade:

-Admitir os candidatos a seguir mencionados, uma vez que cumprem os requisitos exigidos e apresentaram os documentos essenciais à admissão e avaliação para o presente procedimento concursal:

JOÃO PEDRO CATARINO CARVALHO SARAIVA
JOSÉ MÁRIO RODRIGUES MAIA

JOSÉ MIGUEL PINTO PIRES
LUÍS CARLOS BARREIRA PRETO
MAURÍCIO DOS SANTOS FREITAS
NUNO RICARDO PINTO PRETO
PEDRO RAFAEL MARQUES GOMES
VÍTOR HUGO LIMA GARCIA LUÍS

-Excluir os candidatos a seguir mencionados, com os seguintes fundamentos:

CARLOS MANUEL PEITO E SILVA a)
EDUARDO SAMPAIO CALDAS LOUSA a)
JOÃO PEDRO GALAMBA NOGUEIRA a)
JORGE MIGUEL RIBEIRO PEREIRA b)
LUÍS ANDRÉ GOMES DA SILVA PLÁCIDO SANTOS a)
NUNO MIGUEL GOMES AMENDOEIRA a)
RUI FILIPE DA GRAÇA MARQUES a)

- (a) Não ser titular de **Licenciatura em Educação Física**, conforme previsto no ponto 7 do Aviso de abertura de Procedimento concursal;
- (b) Não ter entregue em suporte de papel fotocópia do certificado de habilitações comprovativo das habilitações literárias exigidas (Licenciatura em Educação Física), conforme previsto na alínea c) no ponto 13 do Aviso de abertura de Procedimento concursal.

Apreciadas as candidaturas, tomada a decisão de admissão e exclusão dos candidatos, o Júri deliberou, por unanimidade, considerando o estabelecido no n.º 1 e alínea b) do n.º 3 artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, proceder à sua notificação por escrito, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, para, no prazo de 10 dias úteis, dizerem por escrito o que lhes oferecer, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, disponibilizando para o efeito, o formulário tipo, de utilização obrigatória, aprovado pelo Despacho (extrato) n.º 11321/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série - N.º 89 – 8 de Maio de 2009, que deverá acompanhar a notificação.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e, para dela constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida em voz alta e aprovada, segue assinada por todos os membros do júri.

O JÚRI



